

nalidade de o equiparar ao que de mais avançado existia na Europa. Não é por acaso que no decorrer dos seus governos surgem estudos especializados e oficiais do exército a elaborar ensaios históricos numa profusão jamais conhecida em Portugal e que ele próprio funda a *Revista Militar*, onde escreve um artigo sobre caminhos de ferro.

Fontes, ao contrário da maioria dos políticos, não encarava o exército como um detalhe, um pormenor institucional ao lado de tantos outros prismas da sociedade, uma mera alínea. Parecendo jamais descurar a observação profunda de Oliveira Martins acerca do papel arbitral que, em sociedades como a portuguesa, as forças castrenses são chamadas — justa ou injustamente — a cumprir, demonstrava perceber que o exército é indiscutivelmente um dos mais fiéis espelhos para reflectir a realidade histórica.

Maria Filomena Mónica, ao «traçar o retrato de um homem» através da obra realizada, poderia ter concluído que boa parte do seu êxito fica a dever-se ao esmerado interesse que dedicou ao exército do seu país. Como factor explicativo da sua longa permanência à frente do executivo, não se descurou a confiança que o rei D. Luís nele depositava. Deduz-se, no entanto, que essa «ajuda» pode não ter sido decisiva. É a própria autora que, reconhecendo que a obra de Fontes no sector militar «tem merecido pouca atenção», conclui que «a intervenção dos militares na política» sempre desagradou a um estadista que sabia que «uma das

melhores formas para manter o exército fora da política era pagá-lo bem e a horas». Ao erigir-se esta biografia, é-nos oferecida a história de um engenheiro militar com os pés bem assentes na terra. Este político que sempre desejou «a liberdade sem anarquia e a ordem sem despotismo», contra tudo e contra todos, que conseguiu ultrapassar mil escolhos, tradições obsoletas, círculos viciosos de miséria e pobreza, costumes ancestrais e atavismos de antigo regime soube, ainda e sempre, preparar a retirada no momento oportuno.

O retrato do homem que nasceu «com o sol da liberdade» e se criou «ao seu bafejo», que jamais traiu essa sua circunstância e que nunca corrompeu o regime liberal surge, na sua plena estatura, no trabalho de Maria Filomena Mónica. É esse o grande mérito da autora.

ANTÓNIO PEDRO VICENTE

*Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, O Crepúsculo dos Grandes: a Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, INCM (col. «Análise Social»), 1998.

Que Nuno Monteiro, *belcantista* confesso, se afaste da sua estética de eleição citando, no título do seu livro, nada menos do que a ópera wagneriana, denuncia bem que o tema se impõe ao autor como algo de grandioso e, num certo sentido, trágico.

Grandioso é, sem dúvida, o trabalho de composição, com uma longa abertura que introduz os *leitmotiven* e traça o sentido das evoluções antecedentes do tema (recuando aos primórdios da dinastia brigantina), seguida por três actos onde se desenrola a acção principal. Em torno do tema central, a história da grande aristocracia portuguesa na fase final do Antigo Regime, desenvolvem-se coerentemente diversas linhas discursivas. Primeiro, as lutas pela imposição e interpretação das taxonomias sociais que definem a identidade do grupo e a sua estratificação interna — lutas essas de que a Coroa saiu como principal vencedora, conseguindo impor e manter o seu sistema de categorias e constituir-se como a base da sobrevivência simbólica e material do grupo, numa escala que o autor não hesita em considerar uma singularidade do caso português e que condiciona todo o enredo. Depois, a gestão dos recursos humanos, materiais e simbólicos das casas aristocráticas no mercado matrimonial, tendo em vista a maximização da sua posição no interior do grupo e a concentração de recursos: orientada como era pela submissão dos destinos individuais às estratégias da *casa*, renovava em cada geração o problema da colocação dos descendentes, no casamento ou em destinos alternativos, com soluções variáveis consoante as situações e ao longo do tempo. Em terceiro lugar, a composição e administração do património e das rendas e, de modo indissociável, a exibição e a instrumentalização do estatuto social (nomeadamente, em que medida a

última permite compreender a aparente irracionalidade da primeira, quer pelas obrigações do consumo ostentatório na sociedade de corte, quer pelo peso institucional do estatuto do grupo, estribado no poder da Coroa, face aos restantes agentes económicos). Finalmente, e como que fechando o círculo, estuda-se o monopólio da prestação de serviços nos altos cargos da monarquia como principal dispositivo de conversão do estatuto social em recursos materiais e simbólicos, serviços esses remunerados, quer pela reprodução alargada do prestígio, quer pela aquisição ou renovação das mercês da Coroa, de cuja acumulação dependia a própria sobrevivência material das casas. O virtuosismo da composição está no modo como estes temas se entrelaçam na unidade discursiva que atravessa toda a obra, sem, contudo, perderem a sua individualidade, através de contínuas referências cruzadas ao longo do desenvolvimento que esclarecem as suas conexões estruturais.

Aspecto fundamental do conjunto é a orquestração dos naipes de fontes, servida por um amplo acervo documental, alternando a análise estrutural de grandes massas de informação sistematizada (as trocas matrimoniais, o destino dos celibatários, a composição e o volume dos rendimentos, os montantes do endividamento...) e a inserção, sobre esse fundo, de pequenos trechos narrativos que exploram sequências singulares de acontecimentos (conflitos, negociações, tomadas de decisão várias, tanto no interi-

or das casas como nas relações entre elas ou com a Coroa...). A argumentação alicerça-se, claramente, nas linhas de força retiradas dos indicadores estatísticos, cuja dinâmica temporal é criada pela comparação dos resultados das «amostras» recolhidas em diferentes intervalos temporais. Sobre este maciço e contínuo movimento de fundo, que imprime à grande narrativa o seu fio condutor (o percurso de conjunto do grupo, da sedimentação ao declínio final, as continuidades, as mudanças e os momentos de viragem), as micro-narrativas põem em cena solistas que, por breves trechos, condensam o grande argumento em sequências de acção que servem, em primeiro lugar, de vinhetas ilustrativas, mas que desempenham também uma função teórica mais importante. Com efeito, uma asserção repetida é que, dentro da estrutura de oportunidades definida pelas relações das casas entre si e, especialmente, com a Coroa, se elaboram «estratégias activamente prosseguidas» pelos agentes individuais, cujo nóculo central é a reprodução, se possível alargada, do estatuto da casa a que pertencem e de cuja agregação resultam as próprias distribuições estatísticas. Os episódios narrados visam então revelar essa constituição das estruturas objectivas em disposições para a acção e mostrar como as acções assim estruturadas podem, por sua vez, conduzir, sob a aparente autonomia dos protagonistas, à reprodução das suas condicionantes e à obediência aos seus destinos — o que é uma primeira aproximação ao lado trágico do enredo, no sentido clássico do termo (não

por acaso, as referências dominantes à teoria sociológica remetem para Pierre Bourdieu e para a noção de *habitus*).

A natureza trágica do argumento culmina no próprio desfecho da história do grupo: presas dos laços que teciam a sua *grandeza*, estes imortais — que assim se queriam, não as pessoas, mas as casas, como verdadeiro corpo supra-individual — são forçados a confrontar-se com a mortalidade, precipitada por essa mesma teia de dependências. Prisioneiros, quer dos recursos distribuídos pela Coroa em remuneração dos serviços passados, quer da orgânica dos cargos superiores da monarquia e da corte para a prestação de novos serviços visando renovações ou aumentos de mercês, quer ainda do apoio político da Coroa para a manutenção do seu estatuto privilegiado no confronto com o mundo, tantas vezes hostil, dos mortais (o mundo das arrematações de rendas, do crédito, dos processos por endividamento e das administrações judiciais), estes Grandes parecem ter sido, mais do que qualquer outra aristocracia europeia, uma elite de regime, sem meios alternativos que lhe permitissem gerir, enquanto grupo, a transição para uma nova ordem social. Quando os seus rendimentos rígidos (devido à sua composição ou à gestão assente em arrematações antecipadas por grosso) se esboroaram, teve de ser a Coroa a intervir politicamente para proteger as casas contra os credores, invocando precisamente a preservação do seu estatuto como uma neces-

sidade de regime — e oferecendo ao discurso político liberal um argumento central sobre a corrupção do regime absolutista e o carácter parasitário da sua aristocracia. Face à revolução liberal e à guerra civil que se lhe seguiu, que rumo podiam estes Grandes tomar se não o do alinhamento com a reacção absolutista? Mas, com o triunfo do liberalismo, esse alinhamento somar-se-ia à ausência de recursos económicos e de *status* independentes do regime para lhes retirar as bases, tanto materiais como simbólicas, da sobrevivência como grupo de elite na nova ordem social e política da monarquia constitucional. E o crepúsculo que se vinha insinuando precipitou-se sobre os Grandes, consequência inelutável das próprias condições em que a grandeza se alicerçara e das formas como tentara sobreviver. Cai o pano.

Espero que a esquematização do argumento e a linha de leitura aqui apontada façam justiça a este importante trabalho de história social, evidentemente de uma complexidade que os parágrafos acima nunca poderiam restituir. Do rigor da composição e da execução, da vastidão e diversidade dos materiais analisados e da inteligência com que são aproveitados, da sempre presente dimensão comparativa, basta dizer que impressionam, como terá ficado patente. Algumas questões teóricas, entretanto, merecem uma atenção algo mais pormenorizada.

Em primeiro lugar, o esquema central da matriz teórica da obra, pau-

tado pela noção de reprodução, revela dificuldades em lidar com alguns aspectos da questão da mudança. Mais exactamente, da mudança endógena. O que há de mais bem sucedido na explicação do *Crepúsculo* remete para a rigidez da estrutura de interdependências que fundamentava a grandeza face às transformações do mundo à sua volta; portanto, a grande mudança aparece, paradoxalmente, precipitada pela incapacidade de mudar, de incorporar novos esquemas nas orientações de acção que, precisamente, definiam o grupo como elite. Deste ponto de vista, é facilmente compreensível o impacto da inflação da viragem de Setecentos para Oitocentos sobre uma prática de administração cristalizada, por assim dizer, num outro mundo; nem a estrutura dos rendimentos nem a mentalidade da sua gestão e utilização podiam responder de modo flexível às novas circunstâncias. O mesmo poderia dizer-se do impacto das mudanças políticas sobre um grupo cuja sobrevivência como elite se achava tão indissociavelmente vinculada ao regime. Mas, no próprio terreno em que o autor se coloca, resultam mais difíceis de explicar as mudanças nas disposições e nas «estratégias activamente prosseguidas» pelos agentes, como seja, por exemplo, a mudança dos padrões de colocação dos descendentes dentro ou fora do mercado matrimonial: a relação entre a quebra das colocações eclesiásticas dos celibatários e a hipotética difusão de uma «cultura das luzes», por exemplo, é algo expeditiva, ficando por explicar

por que é que outros aspectos dessa «cultura das luzes» tiveram escassos efeitos, ou como uma tal desvalorização das carreiras eclesiásticas pôde ocorrer, se eram uma peça tão importante das estratégias geradas pelo *habitus* do grupo — sobretudo sendo, à falta de alternativas, disfuncional, levando à acumulação de irmãos celibatários co-residentes a pesar sobre os gastos das casas e, num segundo momento, ao progresso do «individualismo afectivo» tão contrário ao próprio núcleo do modelo reprodutivo... Será certamente por aqui que um aprofundamento da estratégia micronarrativa e biográfica poderá dar frutos no futuro, sendo para isso necessário voltar a questionar a operacionalidade da noção de *habitus*.

Um segundo aspecto prende-se com a utilização que o autor faz da constatação do declínio do grupo como refutação das teses anteriores sobre a persistência de uma mentalidade ou de valores aristocratizantes na sociedade liberal portuguesa. Sem contestar que essas teses devam ser objecto de crítica — nomeadamente quanto ao carácter por vezes vago da definição dos traços dessa suposta «mentalidade aristocratizante» —, parece-me que não existe um nexo lógico suficiente entre o processo de desagregação da grande aristocracia como grupo de *status* e a persistência de valores aristocráticos protagonizados por outros actores para que o primeiro possa refutar a segunda. Desde logo, porque esses valores, dentro da própria nobreza, não eram exclusivo da grande aristocracia titulada e curial. Depois, porque a admis-

sibilidade da refutação implicaria, como premissa, a impossibilidade de alguns dos valores da elite social dominante se constituírem como referências para outros grupos, nomeadamente aqueles que competem por um lugar entre as elites sociais, o que contradiz não só a teoria sociológica, como os próprios elementos empíricos disponíveis — lembremos, com o autor, a barreira que o grupo estudado activamente opôs às investidas de grandes negociantes e financeiros em busca de alianças matrimoniais e os esforços miméticos destes no terreno das sociabilidades e do consumo ostentatório...

Por fim, uma referência às virtualidades comparativas do estudo. Compreensivelmente, e de forma exemplar, o autor orienta os seus esforços comparativos para grupos sociais de estatutos idênticos noutras monarquias europeias, de modo a salientar a singularidade do caso português e do seu desfecho. A natureza dos problemas colocados e as hipóteses defendidas assim o impõem. Creio, contudo, que a riqueza do estudo abre pistas de comparação que transcendem os seus objectivos imediatos, oferecendo possibilidades de reflexão para investigações ulteriores, através da ampliação do campo comparativo a outros grupos e a outros processos. Outros grupos sociais detinham posições dependentes de relações privilegiadas com a Coroa e com o regime — por exemplo, os grandes negociantes ligados aos monopólios, aos contratos e aos empréstimos (vejam-se os estudos de Jorge Pedreira); em que é que o colapso do regime os afectou, de que recursos alternativos

deitaram mão, e como conseguiram reproduzir e ampliar a sua posição como grupo de elite, em contraste com o fracasso da grande aristocracia? A comparação sistemática permitiria talvez entender melhor não só a especificidade de cada grupo, como a natureza do processo de transformação que protagonizaram.

Qualquer que seja o valor destas sugestões, elas servem, pelo menos, para mostrar como um grande trabalho de investigação, como este, permanece aberto para interrogações que escapam às suas intenções expressas. Também neste sentido, algo lateral ao pretendido pelo autor, «o epílogo da história que se contou [pode desembocar] numa outra história que só agora se começa a escrever». Este *Crepúsculo* é também uma *Morgendämmerung*.

RUI SANTOS

*José Viriato Capela, A revolução do Minho de 1846 segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Ed. Afrontamento, 1999-10-02.

Este livro consta de uma «Apresentação» (pp.7-42), e de um apêndice documental de 114 páginas, compreendendo 18 relatórios dirigidos pelo governador civil do Porto (conde de Terena José) ao ministro do Reino (Costa Cabral), e 10 relatórios dirigidos à rainha pelo ministro da

Justiça (Silva Cabral). Os destinatários de uns e outros obedecem à hierarquia oficial estabelecida pela Carta: o governador civil responde perante o ministro do Reino, e os ministros perante a rainha, enquanto chefe do poder executivo. Na prática e na realidade, como é óbvio, ambos se destinam a Costa Cabral, ministro do reino e chefe efectivo do governo (mau grado a presidência formal do duque da Terceira).

A «Apresentação» promete, explícita e implicitamente, elucidar o denso mistério que, pesem embora as memórias coevas e a historiografia contemporânea, o autor afirma que continua a pairar sobre a Maria da Fonte. Mas, infelizmente, nada acrescenta ao que já tem sido dito e escrito. Nomeadamente, nenhuma novidade substantiva se revela a respeito quer das «causas desta Revolução», quer da sua «Geografia e cronologia», quer dos malogrados esforços do governo e das autoridades em geral, e de Silva Cabral em particular, para a suprimir. Na realidade, a «Apresentação» nem sequer nos oferece uma súmula das conclusões apuradas em estudos disponíveis, nomeadamente em duas obras que o autor inexplicavelmente não usa, a saber, a tese de David Rorick, *The Maria da Fonte: History and Myth* (tese de mestrado submetida à Sonoma State University, 1984); e o livro de Vasco Pulido Valente, *Os militares e a política (1820-1856)* (Lisboa, 1997).

Assim, não apenas o papel e comportamento do exército não merecem referência destacada, e menos ainda são questionados ou explicados, como